


A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA NA AGENDA DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*THE SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY IN THE LATIN AMERICAN INTEGRATION AGENDA: THE PATH TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT***LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA EN LA AGENDA DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA: EL CAMINO HACIA EL DESARROLLO SOSTENIBLE***Daniel Francisco Nagao MENEZES¹**Roberto Cañedo VILLARREAL²*

Resumo: O contexto sul-americano da primeira década do século XXI possibilitou o surgimento de diversas iniciativas relacionadas à Economia Social e Solidária (ESS) na agenda de integração da região. Em geral, tais iniciativas foram apresentadas como respostas às crises provocadas pelo modelo neoliberal imposto às populações desses países no final do século anterior. A perspectiva da ESS foi incorporada na busca de soluções e, juntamente com o estabelecimento de estratégias e instituições regionais com foco na dimensão social do desenvolvimento, representou um importante avanço no sentido de oferecer contribuições aos esforços de promoção de alternativas das sociedades desses países. Ao mesmo tempo, as agendas de desenvolvimento propostas por organismos internacionais reforçaram as iniciativas estabelecidas na região e forneceram metas e indicadores para as políticas públicas implementadas. A estratégia multilateral proposta pela ONU estabelece a Agenda 2030, onde as iniciativas de ESS podem servir como ferramentas relevantes para alcançar o cumprimento de tais objetivos; além disso, a integração regional surge como uma estratégia importante nesta situação. Com base no exposto, esta proposta de trabalho tem como objetivo analisar os processos contemporâneos de integração latino-americana a partir da ESS, evidenciando as possibilidades e os desafios dessa perspectiva para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Palavras Chaves: economia solidária, desenvolvimento sustentável, Agenda 2030.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Campinas, São Paulo, Brasil. Email: nagao.menezes@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0001-9151-5699>

² Professor e Coordenador do Mestrado em Economia Social da Universidad Autónoma de Guerrero. Acapulco, Guerrero, México. Email: roberto_canedo@yahoo.com
<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2022.v23n1.p179-188>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

1. INTRODUÇÃO

Os países latino-americanos compartilham laços históricos e culturais que são decisivos para a compreensão das questões econômicas e políticas da região; nesse sentido, a integração regional passa a ser um tema presente nas relações internacionais da América Latina. Seja pelos laços compartilhados ou pelo ideal de unidade continental, a integração é um elemento relevante na agenda política dos países. Historicamente, as formas e interesses que norteiam esse tipo de relação se manifestaram de diferentes formas, sendo impactados por diferentes contextos e situações. Nos processos realizados pelas iniciativas de integração regional na América Latina, a questão do desenvolvimento foi quase sempre apresentada como um dos eixos principais. Nas estratégias integracionistas até o final do século XX, predominaram as estratégias orientadas exclusivamente por elementos econômicos, baseadas no mercado e nas relações comerciais. A partir da primeira década do século seguinte, com o surgimento de governos progressistas na região, novas possibilidades de integração foram expressas. Esses processos integracionistas fazem parte do que se poderia chamar de regionalismo pós-hegemônico ou pós-liberal, uma vez que a integração é movida por objetivos políticos, produtivos e sociais com protagonismo do Estado (SAGUIER; BRENT, 2015, p. 134).

Dirigindo-se especificamente aos países da América do Sul, cabe destacar as iniciativas consubstanciadas na UNASUL e na expansão do MERCOSUL. Tais casos expressaram novas visões sobre os processos de integração, permitindo a inserção de novos elementos nas estratégias integracionistas de desenvolvimento realizadas pelos países da região. É desse contexto que surge a incorporação de novas perspectivas que permitem a emergência da agenda da Economia Social e Solidária (ESS) nos processos de integração latino-americana.

A ESS representa um aspecto interessante dos processos históricos e culturais da região e sua incorporação às iniciativas institucionais marca um relativo avanço no desenvolvimento de políticas que levem em conta as particularidades das sociedades desses países. De um modo geral, pode-se dizer que a ESS resgata elementos culturais, sociais e econômicos que fazem parte da idiosincrasia dos povos e comunidades da região. É uma resposta aos modelos impostos pelos processos históricos que aprofundaram as assimetrias entre os países. Neste contexto, a ESS é responsável por promover uma grande diversidade de experiências a nível local, nacional e regional.

Com base no exposto, este trabalho tem como objetivo analisar os processos contemporâneos de integração sul-americana na chave da ESS, destacando as possibilidades e desafios dessa perspectiva para o alcance do desenvolvimento sustentável da região. Além disso, destacando alguns elementos que permitem pensar a relação entre a ESS e a identidade latino-americana no contexto da integração regional atual; onde o termo identidade se refere aos vínculos históricos e culturais compartilhados pelos países da região.

2. A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E A IDENTIDADE LATINO-AMERICANA

O uso do termo Economia Social e Solidária (ESS) na América Latina tem suas origens no contexto do final da década de 90 do século passado, quando surgiu a necessidade de novas formas de desenvolvimento econômico voltadas para o bem-estar das populações e o planeta. De forma geral, a definição conceitual de ESS pode ser sintetizada como um conjunto de práticas e atividades econômicas que têm a esfera social como finalidade e se baseiam em novas formas de pensar e fazer economia.

Transferindo a questão para os processos contemporâneos de integração regional latino-americana, “estas nuevas formas pueden ser adecuaciones formales a nuevas prácticas y demandas desde la sociedad (bottom-up) o encuadramientos voluntaristas (top-down) de los comportamientos económicos por parte del Estado” (CORRAGIO, 2014, p. 01). É uma perspectiva que levanta novos paradigmas e alternativas para os problemas do atual contexto capitalista.

Nos países latino-americanos, a ESS surge como uma articulação de diferentes atores e grupos sociais historicamente excluídos da formulação de estratégias voltadas para o desenvolvimento. Para além da questão do desenvolvimento, a ESS pode ser interpretada como uma forma de resistência e sobrevivência destes grupos nos recorrentes contextos de crise enfrentados na região. Os efeitos avassaladores do neoliberalismo, perpetrado contra as populações da região nas décadas de 1980 e 1990, serviram como catalisadores para reavivar expressões e práticas de solidariedade para enfrentar os efeitos negativos daquele período.

Baseada em formas alternativas de produção, troca, consumo e finanças, herdadas das culturas dos povos e sociedades de origem, a ESS na América Latina se traduz na afirmação de um vínculo regional com potencial para promover o desenvolvimento das sociedades numa perspectiva social e solidariedade.

Com uma visão holística, que entende as pessoas e o meio ambiente numa relação recíproca e onde a reorganização produtiva surge como eixo essencial para superar os valores hegemônicos da competição, do individualismo, da racionalidade instrumental e do materialismo. Ou seja, mudar a racionalidade instrumental voltada para a acumulação de capital, para uma racionalidade reprodutiva voltada para a vida. A gestão participativa e a democratização da tomada de decisão também são elementos convergentes à proposta da ESS, que contribuem para a construção de um sentido de responsabilidade entre os indivíduos (MENEZES, 2020).

Voltando ao tema da racionalidade reprodutiva, bem definido por Saguier e Brent (2015, p. 140):

Una racionalidad reproductiva, [...] es consciente de las relaciones de codependencia entre personas, y entre las personas y el planeta. Desde una concepción entrópica y endógena, su énfasis está puesto en sistemas generadores y reproductores de la vida que no contemplan un supuesto “exterior” a sí mismo, sino que todos los procesos

biofísicos están íntimamente interrelacionados entre sí. Es decir, una visión de integralidad propia de la ecología profunda.

Nesse sentido, confluem um conjunto de ações e perspectivas que compartilham as ideias de construção de uma sociedade a partir de uma concepção entrópica e coletiva, oferecendo aprendizagens que estão na base da ESS. A reciprocidade presente no conhecimento comunitário proporcionado pelas culturas indígenas latino-americanas é a base de algumas dessas bases. Vale ressaltar que os princípios do Bem Viver, típicos dos povos indígenas, foram incorporados às novas constituições da Bolívia e do Equador. Da mesma forma, há a contribuição do movimento camponês que destaca a importância essencial da soberania alimentar, da agricultura familiar e da produção agroecológica como formas socioprodutivas sustentáveis. Outra contribuição importante vem do movimento feminista, que ao destacar a dimensão de gênero, promove a autonomia das mulheres por meio da economia feminista. Por outro lado, vale destacar também as organizações cooperativas latino-americanas, como atores importantes nos processos que deram visibilidade às questões relacionadas à ESS na região. Além disso, tais organizações tiveram forte presença no contexto da recente integração latino-americana.

A ESS também se organiza por meio de redes transnacionais de organizações, movimentos sociais e universidades, com o objetivo de promover o diálogo entre “distintas tradiciones de economías solidarias y luchas sociopolíticas en el esfuerzo de construcción de un lenguaje común que las contenga y proyecte como parte de un horizonte de transformación e incidencia en procesos institucionales nacionales e internacionales” (SAGUIER; BRENT, 2015, p. 137).

Embora a essência da ESS seja a abordagem de novas formas de pensar e fazer economia, o termo é frequentemente utilizado por Estados e instituições para se referir a formas capitalistas socialmente inclusivas e, nesse sentido, como um instrumento para gerar inserção social por meio do emprego. A concepção de bem-estar está ligada à satisfação material e simbólica, onde o compromisso com a sustentabilidade ambiental costuma estar ausente. Nessa perspectiva, a ESS é incorporada às políticas públicas voltadas para as populações em situação de vulnerabilidade social.

No entanto, essa visão não contempla a amplitude e o potencial contido na ESS. É uma percepção limitada que não questiona as estruturas e modelos econômicos do status quo e que atende aos discursos políticos que acabam aprofundando as formas capitalistas de dominação. Essa perspectiva da ESS foi amplamente utilizada pelos governos progressistas que ocorreram nos países sul-americanos na primeira década do século XXI. Embora valha a pena a iniciativa de propor estratégias para um capitalismo socialmente inclusivo, essa visão não dá conta das complexidades que envolvem esse modo de produção, que por si só tem uma essência exploratória e exclusiva.

Do exposto, considera-se que o que foi apresentado como a perspectiva inicial da ESS estabelece uma relação mais assertiva entre os elementos que constituem a identidade latino-americana e as novas alternativas socioprodutivas para superar os problemas impostos pelo modelo capitalista. O ponto inicial a ser considerado quando se trata de uma identidade latino-americana refere-se ao fato de os países da região possuírem um passado comum no sentido de que as populações originárias administraram suas próprias formas de organização social e produtiva, onde a relação com o meio ambiente em seus diferentes aspectos foi apresentada como um elemento fundamental. No entanto, os processos de conquista e colonização destruíram as diversas formas de organização pré-existentes e impuseram novos modelos de exploração dos povos e territórios latino-americanos. Posteriormente, a homogeneização capitalista acabou sobrepondo visões de mundo indígenas e modelos sociais.

O resgate proposto pela ESS, a esse passado ou às formas socioprodutivas centradas na relação com a natureza e com os princípios da solidariedade, sublinha elementos históricos que perpassam toda a população da região. O questionamento de um modelo que nos foi imposto e o olhar voltado para os grupos sociais que representam a resistência e a sobrevivência das formas de organização típicas da região devem nortear os processos de integração que têm como objetivo o desenvolvimento social integral e sustentável.

Em outro ponto comum, está o fato de os países latino-americanos serem predominantemente produtores de matérias-primas na estrutura capitalista da divisão internacional do trabalho. Isso está relacionado aos processos históricos da região e fazem parte das identidades nacionais e da região em geral; além disso, constituem a base da exploração e da desigualdade na América Latina. A partir disso, a contribuição da ESS e sua relação com a identidade latino-americana, representa a importância de se pensar e criar novas formas de economia.

Com base nos elementos levantados, é possível vislumbrar o potencial da ESS no sentido de construir alternativas sinérgicas nos países da região com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável. O termo desenvolvimento sustentável, cunhado pela Agenda 2030 das Nações Unidas, representa uma conjuntura em que estratégias e esforços globais estão sendo construídos para melhorar a vida das populações por meio de uma agenda comum que contemple as diferentes áreas de forma transversal. A integração regional torna-se uma ferramenta fundamental no sentido de promover tal agenda e no estabelecimento de estratégias e políticas adotadas pelos países. Na América do Sul, vincular tal agenda aos elementos constitutivos da identidade das sociedades dos países pode contribuir para o alcance dos objetivos que configuram o desenvolvimento sustentável.

3. NOVAS AGENDAS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

O surgimento de novos temas nas agendas de integração regional da América Latina está fortemente vinculado e influenciado pelo surgimento de governos progressistas na região durante a primeira década do século XXI. O discurso comum entre as lideranças de tais governos orientava-se para a redução das desigualdades econômicas e a inclusão social das populações historicamente excluídas.

De maneira geral, os discursos de tais governos estiveram fortemente relacionados ao contexto de surgimento do Fórum Social Mundial em 2001. De forma ampla, tal conjuntura, como aponta Díaz-Muñoz (2012), caracteriza-se por destacar a articulação de atores e grupos preocupados com a busca da integração da sociedade civil global, ou seja, aqueles que estão comprometidos com os processos de democratização e descentralização, a existência de estruturas normativas sociais, uma revolução associativa global, a busca por alternativas sustentáveis e de compartilhamento interculturalidade.

Nesse contexto, a integração entre os países seria essencial para enfrentar problemas comuns na esfera social e econômica da região. Porém, como nos governos atuais, não havia consenso no sentido de propor novos modelos socioprodutivos nem de uma nova economia. Embora o questionamento sobre o modo de produção capitalista não ocupasse o centro dos discursos e políticas dos governos progressistas, a ESS foi incorporada às agendas de desenvolvimento propostas por esses governos.

Conforme afirmado na sessão anterior, a concepção de um capitalismo socialmente inclusivo associado à ESS foi a estratégia utilizada pelos Estados e, justamente, pelos governos progressistas do início do século em suas agendas de desenvolvimento. Na Argentina, Brasil, Bolívia, Costa Rica, Equador, México e Venezuela (mais recentemente, Chile e Honduras) houve uma forte ação estatal em favor da inclusão dessa visão da ESS nas políticas públicas sociais. Além desses casos particulares, tal perspectiva também foi incorporada aos processos de integração regional ocorridos no período, a expansão do MERCOSUL e a criação da UNASUL representaram essa situação.

No caso do MERCOSUL, a inclusão da ESS na agenda regional foi promovida diretamente pelo Instituto Social do MERCOSUL (ISM), criado em 2007, para solidificar a institucionalização da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL (RMADS) e responder à necessidade de estabelecer instâncias de dimensão social na integração regional. Nesse sentido, o Instituto serve como instrumento técnico-político de apoio aos propósitos do RMADS (RMADS, 2012).

Corroborando com este propósito, no âmbito do ISM, foi proposto o projeto intitulado “Economia Social e Solidária de Integração Regional”, com o objetivo de apoiar a inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sua empregabilidade, atividades produtivas que as sustentam e os grupos associativos que atuam nas áreas de fronteira estabelecidas (ISM). Este foi um projeto relevante na missão do Instituto, no sentido de construir espaços de debate para a “busca de consensos e definição de estratégias conjuntas de enfrentamento dos problemas sociais,

para a construção do MERCOSUL Social” (ISM, 2007). Dessa forma, a ESS ganhou visibilidade no processo de integração sul-americana.

Por outro lado, a ESS foi incorporada à agenda da UNASUL, a partir da criação do Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social (CSDS) em 2009, sob a perspectiva do primeiro como instrumento de política social para a erradicação da pobreza. “A principal conquista dessa iniciativa é colocar na agenda da UNASUL o compromisso de trabalharmos juntos para a construção de um marco conceitual para as políticas sociais da UNASUL” (SAGUIER; BRENT, 2015, p. 143). No entanto, devido à recente conjuntura política regional, esta iniciativa de integração foi interrompida e vários países suspenderam a sua participação na organização. Isso revela uma das fragilidades dos processos de integração na região, onde a construção de consensos ou estratégias de desenvolvimento estão profundamente condicionadas aos contextos conjunturais.

Do exposto, embora tais iniciativas apresentassem o objetivo de desenvolvimento e solução dos problemas econômicos e sociais comuns aos países da região, não se pode considerar que tais processos se basearam em elementos que oferecem alternativas e estratégias para outra economia. Pensar estratégias na ESS, inserindo-as por completo na estrutura capitalista, aprofunda os problemas causados pela homogeneização das formas de produção, troca, consumo e finanças impostas histórica e violentamente na região. Além disso, não rompe com os padrões da estrutura político-econômica internacional que mantém a América Latina em posição de subordinação aos países centrais e ao poder do capital. Letelier (2010) aponta essa preocupação, considerando que embora a economia solidária tenha alcançado um importante posicionamento público na cidadania, nas políticas públicas e nos diversos órgãos legislativos, também enfrenta importantes riscos de cooptação tanto dos governos quanto de diversos dispositivos ideológicos de serviços que atendem aos interesses do setor capitalista da economia (LETELIER, 2010).

Outro ponto relevante trata da questão ambiental que foi relegada ao nível estadual e institucional nos processos de integração analisados. A expansão das indústrias extrativas faz com que as estratégias adotadas se afastem dos princípios essenciais da ESS. Os devastadores efeitos socioecológicos causados por latifúndios e monoculturas, voltados ao atendimento do mercado internacional de commodities, representam uma das principais críticas ao uso do termo ESS para caracterizar as políticas dos governos progressistas do período que propunham a integração regional. como estratégia de desenvolvimento.

Do exposto, pode-se considerar que o surgimento da ESS nas agendas de integração regional ocorreu no sentido de acomodar as demandas por alternativas aos problemas relacionados às atuais formas econômicas e produtivas, redefinindo a essência das postulações da ESS. No entanto, a importância de investigar as relações entre regionalismo e potencialidades de desenvolvimento é tornar visíveis as relações de poder e os conflitos entre atores públicos e privados em torno da construção e legitimação de regras e práticas que constroem territórios (SAGUIER; BRENT, 2015). Nesse sentido, embora a ESS represente uma novidade no regionalismo sul-

americano e tenha alcançado maior visibilidade, é necessário elevá-la de forma a oferecer a integralidade das contribuições que a ela correspondem; desenvolvendo assim suas aprendizagens, limitações e potencialidades em relação aos processos de integração para o desenvolvimento.

É importante enquadrar o espaço para a visão holística proposta pela ESS, no sentido de considerar as contribuições das formas das sociedades dos países sul-americanos para pensar e fazer outra economia no contexto da integração regional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ideal de desenvolvimento centralizado no fator econômico representa um dos impasses em relação às possibilidades de geração de estratégias e políticas que permitam melhorar a vida das pessoas. A ESS surge como um caminho alternativo a ser seguido para oferecer meios de superar os problemas que o atual modelo capitalista envolve.

Nesse sentido, a incorporação da ESS nas agendas dos processos de integração regional sul-americana representa um passo importante para tornar visíveis as formas sociais, econômicas e produtivas típicas da região. É uma forma de valorizar a identidade latino-americana no sentido de gerar propostas políticas que respondam às demandas de suas sociedades. Os vínculos históricos ou geográficos não são suficientes para justificar a importância da integração entre os países que compõem a região, a visão holística proposta pela ESS se apresenta como fundamental para desenvolver novas alternativas para a construção de sociedades sustentáveis.

A lógica desenvolvimentista aprofundou a pilhagem e as formas de dominação intrínsecas ao modo de produção capitalista. No contexto dos processos de integração regional realizados na primeira década do século, esta lógica serviu aos interesses do capital e do mercado, em detrimento das pessoas e do meio ambiente. Portanto, o uso desordenado da ESS gerou desafios a serem superados para se pensar e fazer outra economia.

A América Latina tem a singularidade de que as populações de seus países compartilham elementos históricos, culturais, econômicos e, principalmente, lutas sociopolíticas. A ESS é um terreno fértil para semear a integração da região e, assim, alcançar horizontes utópicos de profundas transformações socioprodutivas marcadas por formas sociais solidárias, participativas e democráticas.

Infelizmente, a iniciativa de integração proposta na UNASUL não teve sucesso para se consolidar na região e hoje se define pela incerteza de sua sobrevivência. No entanto, o espaço construído no MERCOSUL por meio do ISM requer esforços no sentido de manter a ESS na agenda de integração regional latino-americana e vinculá-la à Agenda 2030 pode ser uma forma viável para os Estados respeitarem os compromissos firmados no âmbito internacional. A virada política e econômica que a região atravessa hoje exige respostas rápidas, capazes de propor mudanças sistêmicas para romper o ciclo

vicioso da crise na região. A ESS, aliada a sólidos projetos de integração regional, tem o papel necessário para contribuir com possibilidades e abrangência para este desafio.

A economia liberal destruiu ou impediu o desenvolvimento e a consolidação do mercado interno de nossos países, definindo implicitamente o tipo de produção e os tipos de produtores que deveriam atuar no mercado internacional, supostamente para alcançar a otimização das receitas por meio de vantagens comparativas. O que aconteceu foi que as grandes empresas transnacionais assumiram o controle de todos os mercados e subordinaram a economia dos países menos desenvolvidos aos seus interesses corporativos e, como eu disse, destruíram o mercado interno de nossos países e, com isso, impactaram negativamente o bem-estar, a qualidade de vida da grande maioria da população e a saúde da natureza.

Com base no exposto, a ESS deve definir uma estratégia macroeconômica estrutural de longo prazo que desmantele o quadro oligopolístico do comércio internacional e do controle financeiro do câmbio. Isto não será possível no curto prazo, mas precisamos ao menos incluir a discussão na agenda política. Os curtos-circuitos, as economias locais, devem ser a base da reconstrução dos mercados internos e a base da nova globalização, uma globalização social e solidária.

MENEZES, D. F. N.; VILLARREAL, R. C. The social and solidarity economy in the latin american integration agenda: the path to sustainable development. *ORG & DEMO* (Marília), v. 23, n. 1, p. 179-188, Jan./Jun., 2022.

Abstract: The South American context of the first decade of the 21st century enabled the emergence of various initiatives related to the Social and Solidarity Economy (ESS) in the region's integration schedule. In general, such initiatives were presented as responses to the crises provoked by the neoliberal model imposed on the populations of these countries at the end of the previous century. The ESS perspective was incorporated in the search for solutions and, together with the establishment of regional strategies and institutions focused on the social dimension of development, it represented an important step forward in the sense of offering contributions to the efforts to promote alternatives in the societies of these countries. At the same time, the development agendas proposed by international organizations reinforced the initiatives established in the region and provided goals and indicators for their implemented public policies. The multilateral strategy proposed by the UN establishes the 2030 Schedule, where SSE initiatives can serve as relevant tools to achieve these goals; furthermore, regional integration emerges as an important strategy in this situation. Based on the above, this work proposal aims to analyze the contemporary processes of Latin American integration from the SSE, highlighting the possibilities and challenges of this perspective for achieving sustainable development.

Keywords: solidarity economy, sustainable development, 2030 schedule.

Resumen: El contexto sudamericano de la primera década del siglo XXI permitió el surgimiento de diversas iniciativas relacionadas con la Economía Social y Solidaria (ESS) en la agenda de integración de la región. En general, este tipo de iniciativas se presentaron como respuestas a las crisis provocadas por el modelo neoliberal impuesto a las poblaciones de estos países a fines del siglo anterior. La perspectiva de la ESS se incorporó en la búsqueda de soluciones y, junto con el

establecimiento de estrategias e instituciones regionales enfocadas en la dimensión social del desarrollo, represento un importante paso adelante en el sentido de ofrecer aportes a los esfuerzos por promover alternativas en las sociedades de estos países. Al mismo tiempo, las agendas de desarrollo propuestas por organismos internacionales reforzaron las iniciativas establecidas en la región y brindaron metas e indicadores para las políticas públicas implementadas. La estrategia multilateral propuesta por la ONU establecía la Agenda 2030, donde las iniciativas de ESS pueden servir como herramientas relevantes para lograr estos objetivos; además, la integración regional surge como una estrategia importante en esta situación. Con base en lo anterior, esta propuesta de trabajo tiene como objetivo analizar los procesos contemporáneos de integración latinoamericana desde la ESS, destacando las posibilidades y desafíos de esta perspectiva para el logro del desarrollo sostenible.

Palabras clave: economía solidaria, desenvolvimiento sustentable, Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

CORRAGIO, J. L. La presencia de la economía social y solidaria y su institucionalización en América Latina. **UNRISD Occasional Paper: Potential and Limits of Social and Solidarity Economy**. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD). Geneva, n. 7, p.1-32, jun., 2014..

DÍAZ-MUÑOZ, G. **La economía social y solidaria en América Latina: ¡solidarizando la economía como construcción de alternativas!** Congreso Pre ALAS, Asociación Latinoamericana de Sociología. Noviembre, Universidad de Guadalajara, Guadalajara, Jalisco, 2012. Disponible en: <https://rei.iteso.mx/bitstream/handle/11117/1394/Un%20modelo%20de%20econom%C3%ADa%20social%20y%20solidaria%20en%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf?sequence=2>

Grabendorff, W. América Latina tampoco es una isla: Nuevos desafíos geopolíticos.

INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR (ISM). **Informe Final 2012**. Asunción: ISM, 2012.

LEÓN, M. La Economía Social y Solidaria en América Latina: Brevisimo acercamiento a sus tendencias y desafíos. **Pueblos Revista de Información y Debate**, v. 71, n. 4, 2016. Disponible en: <http://www.revistapueblos.org/blog/2016/11/29/la-economia-social-y-solidaria-en-america-latina-brevissimo-acercamiento-a-sus-tendencias-y-desafios/>

LETELIER, E. Economía Solidaria en América Latina: una década ganada. **Fórum Brasileiro de Economía Solidária**, 2010. Disponible en: <http://fbes.org.br/2010/02/20/economia-solidaria-en-americalatina-una-decada-ganada/>

MENEZES, D. F. N. Repensar la cooperación: ser, hacer y devenir. **Revista Idelcoop**, v. 232, p. 86-109, 2020.

SAGUIER, M.; BRENT, Z. Regionalismo y economía social y solidaria em Sudamérica. **Revista Estudios**, v. 24, p. 133-154, 2015.

SANTOS, B. S. El Foro Social Mundial y la Izquierda Global. **El Viejo Topo**, n. 240, p. 39-62, 2008. Disponible en: https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/el_foro_social_mundial_y_la_izquierda_global_2008.pdf

VENTURA-DÍAZ, V. La transformación social-ecológica de América Latina: una utopía moderna. **Nueva Sociedad**, n. 275, may./jun., 2018. Disponible en: <http://nuso.org/articulo/la-transformacion-social-ecologica-de-america-latina>

Submetido em: 01/01/2022

Aceito em: 22/06/2022